

Com tarifas reais, estatais investem

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, informou ontem que o processo de recomposição do valor real das tarifas e preços públicos está praticamente concluído, com exceção da energia elétrica, permitindo que o governo passe a conceder reajustes mensais apenas para repor a inflação.

Somente as empresas do sistema Eletrobrás continuam apresentando uma defasagem tarifária que exigiria aumentos de 6,7% ao mês acima da inflação, até fevereiro do próximo ano, totalizando 38,2%. "Pessoalmente acho exagerado este cálculo, mas enfim... é o que as empresas pedem", disse o ministro.

Mantendo as tarifas em níveis no mínimo correspondentes à inflação, as 181 empresas estatais (incluindo os 17 bancos oficiais) poderão investir no próximo ano NCz\$ 17,05 bilhões, a preços de maio último, conforme detalhamento do orçamento de investimentos apresentado ontem pelo ministro à comissão de economia e finanças da Câmara dos Deputados.

Qualquer perda tarifária — ou aumento dos gastos com pessoal em decorrên-

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO EMPRESAS ESTATAIS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS Exercício de 1990		
Universo Setembro	NCz\$ milhões a preços de maio/89	Percentual do PID (*)
I — EMPRESAS ESTATAIS	15.100	3,19
• Sistemas		
• Acesita	72	0,02
• CVRD	978	0,21
• Eletrobrás	3.666	0,77
• Embraer	89	0,02
• INB	60	0,01
• Imbel	1	0,00
• Petrobrás	3.777	0,79
• Portobrás	527	0,11
• RFFSA	430	0,09
• Siderbrás	813	0,17
• Telebrás	3.299	0,69
• Demais Empresas	1.476	0,31
II — INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS	1.863	0,39
• Sistemas		
• B B	1.321	0,28
• BNDES	9	0,00
• Meridional	106	0,02
• C E F	384	0,08
• Demais Instituições	43	0,01
TOTAL (I + II)	17.051	3,58
(*) PIB = NCz\$ 476.030 milhões		

cia de ganhos reais concedidos pela Justiça — terá de ser compensada com redução das despesas de custeio ou investimento. "As empresas terão de cortar gastos correntes ou deixar de investir, pois não há outra fonte de recursos."

O titular da Secretaria de

Orçamento e Controle das Empresas Estatais (Sest), Iram Siqueira Lima, informou que as empresas contarão no próximo ano apenas com NCz\$ 641 milhões sob a forma de transferências do Tesouro. Basicamente, este dinheiro será destinado às chamadas

"empresas típicas do governo", representadas por 16 entidades que dependem de aportes do Tesouro para exercerem funções de simples órgãos da administração federal.

O total de NCz\$ 342,2 bilhões de gastos de todas as estatais projetados para 1990 divide-se entre os bancos federais (que devem despendar NCz\$ 257,02 bilhões) e as empresas (NCz\$ 85,2 bilhões). No caso das instituições financeiras, as aplicações em operações de crédito representarão 63% de seus dispêndios, ou NCz\$ 162,2 bilhões, enquanto os novos investimentos não devem passar de 1% do total (NCz\$ 1,8 bilhão).

O serviço da dívida dessas instituições consumirá outros 26% (NCz\$ 67,4 bilhões) e os gastos com pessoal exigirão a utilização de mais 4% (NCz\$ 11,2 bilhões). Essas projeções, como explicou Batista de Abreu, não consideram o ganho real de 70% obtido pelos funcionários do Banco do Brasil junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), "que o Executivo não aceita pagar".

As instituições financeiras controladas pela União recolherão NCz\$ 5,5 bilhões em impostos e taxas, pagarão NCz\$ 1,5 bilhão por conta de serviços de terceiros

e gastarão NCz\$ 7,02 bilhões na rubrica "outros dispêndios".

As empresas estatais não-financeiras devem investir 18% do total de suas receitas e despesas, equivalente a NCz\$ 15,1 bilhões. O serviço de suas dívidas consumirá 14% desse total, ou NCz\$ 12,2 bilhões, enquanto a folha de pagamento de seus funcionários exigirá NCz\$ 16,3 bilhões (19%

do total). O recolhimento de impostos e taxas deve chegar a NCz\$ 10,3 bilhões (12%) e os gastos com materiais e produtos atingirão NCz\$ 16,6 bilhões (20%).